

Brilharete orçamental. Excedente de 2024 deve ser o dobro face ao previsto pelo governo

FINANÇAS Primeiro foi Centeno em 2019, depois Medina em 2023, agora Miranda Sarmento. Poupança brutal no investimento público, onde ficaram por gastar 3,4 mil milhões de euros, pode levar a excedente próximo de 1% do PIB.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

Mais um ano, mais um brilharete nas contas públicas portuguesas.

De acordo com os últimos valores e cálculos feitos para 2024, o excedente orçamental final medido em contabilidade pública, a que importa para a avaliação da Comissão Europeia e de outras entidades internacionais, deverá ascender a 1% do Produto Interno Bruto (PIB), mais do dobro face aos 0,4% do PIB que o governo e o Ministério das Finanças continuam a inscrever nas suas metas oficiais.

Em 2019, Mário Centeno, o ministro das Finanças da altura, foi o protagonista do primeiro brilharete orçamental do país, que nesse ano alcançou o primeiro excedente orçamental da sua História democrática: 0,1% do PIB.

Mais tarde, já em 2023, haveria de ser o seu correligionário do PS, Fernando Medina, a acumular folgas suficientes para atingir um excedente ainda maior, de 1,2% do PIB, um recorde. Medina dizia na altura que o ano iria fechar com um saldo positivo de 0,8%. Foi um grande brilharete, portanto.

Agora, é Joaquim Miranda Sarmento, o sucessor do PSD nas Finanças, que pode colher louros.

A execução orçamental excedentária beneficiou com várias folgas importantes, designadamente, um comportamento muito melhor nos impostos cobrados face ao que estava previsto no OE 2024 – Orçamento do Estado para 2024 (mais 580 milhões de euros, segundo contas do DN); teve ainda o impulso de uma poupança muito expressiva nas compras de bens e serviços por parte do Estado e outras entidades, que gastaram menos 500 milhões de euros face ao que estava orçamentando; sendo ainda de destacar uma poupança com juros anuais superiores a 380 milhões.

Mas no lado da despesa, a grande folga que ajudou a conter a des-



Joaquim Miranda Sarmento, ministro das Finanças. AR, novembro de 2024.

GERARDO SANTOS

pensa veio mesmo foi do investimento público ou da falta dele.

Uma vez mais, o governo (como os que o precederam) não executou o que prometeu na importante rubrica do investimento público: a ideia era chegar a 11,2 mil milhões de euros em projetos de investimento no ano passado, mas só injetou 7,7 mil milhões de euros. Isto representa um corte de 30% face à meta proposta no OE2024, uma poupança ou folga no lado da despesa que ascende a uns impressionantes 3,4 mil milhões de euros, segundo contas do DN com base nos dados oficiais da execução orçamental anual divulgada na sexta-feira passada.

A lentidão no investimento continua a estar ligada à dificuldade em erguer projetos, muitos deles integrados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que continua muito atrasado e em risco de

vir a ser desaproveitado. O governo vai pedir à Comissão Europeia uma segunda reprogramação do PRR para evitar que o pior aconteça: perder verbas.

Tal como os seus antecessores, o ministro Miranda Sarmento rejeita a ideia de que haja folgas ou margem de manobra. Tudo o que se ganhar, é para pagar mais depressa aos credores e abater à dívi-

Despesa pública total aumentou 9% em 2024, mas a verdade é que ficou 3,5 mil milhões de euros abaixo da estimativa do governo PSD-CDS.

da. “Temos de manter excedentes para garantir que continuamos a reduzir a dívida pública”, rácio que fechará 2024 “entre 96% e 97% do PIB”, disse na sexta-feira.

Vânia Duarte, economista do departamento de estudos do BPI, refere que a despesa pública “aumentou 9,2% em 2024 (+10,114 milhões de euros), mas ainda assim, é inferior em 3,550 milhões de euros face à estimativa do Governo”.

“Neste caso, a subexecução resultou de praticamente todas as rubricas, com exceção das despesas com pessoal e transferências correntes”, sendo que “a rubrica que ficou mais aquém da estimativa de execução foi o investimento”.

Segundo a analista, estes novos dados das Finanças “apontam para uma evolução favorável nas contas públicas em 2024”.

“A execução em contabilidade pública permite tirar algumas con-

clusões sobre como terá ficado o saldo orçamental em contabilidade nacional (valores oficiais)” e, apesar da “elevada incerteza” que ainda existe, o saldo orçamental na ótica oficial (contabilidade nacional) pode ter “ficado em torno de 1% do PIB, ou seja, 0,6 pontos percentuais acima da estimativa do Governo”.

“Esta passagem de contabilidade pública para nacional é impactada por diversos fatores (por exemplo, a diferente contabilização das injeções de capital e empréstimos ou dos fundos europeus)”, explica a economista.

Se entregar um excedente de 1% do PIB em 2024, Portugal reforça o terceiro lugar dos maiores saldos orçamentais da Zona Euro, a seguir a Irlanda (4,4%) e Chipre (3,5%).

O valor oficial final de 2024 será apurado e divulgado pelo INE no próximo dia 26 de março.